

CAPITALISMO: DESENVOLVIMENTO, GLOBALIZAÇÃO E DESEMPREGO

Ana Lúcia Dutra de Oliveira¹
Jorge Marcelo Wohlgemuth²

RESUMO

Uma busca dentro da corrente marxista do pensamento, passeando por diversas abordagens do sistema capitalista enquanto o próprio gerador de desemprego, levando em conta globalização, as condições do trabalho e o nível de desenvolvimento do capitalismo.

Palavras-chave: Trabalho. Desenvolvimento. Capitalismo. Globalização. Desemprego.

ABSTRACT

A search within the Marxist current of thought, strolling through various approaches of the capitalist system as its own unemployment generator, considering globalization, labor conditions and the capitalism development level.

Keywords: Labor. Development. Capitalism. Globalization. Unemployment.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho estará alicerçado nas ideias e teorias do Filósofo e Economista alemão Karl Heinrich Marx, assim como autores que se debruçaram sobre sua produção para contribuírem no âmbito da vertente marxista do pensamento. O teórico, que escreveu acerca da vida social, em especial sobre a análise da sociedade capitalista e de sua superação, e com isso causou tanto impacto diante de intelectuais que de sua tomada de conhecimento em diante a maioria das produções foram no sentido de ratificar ou de negar seu arcabouço teórico. Mais do que isso, sua produção implica em uma prática política.

¹ Acadêmica da Especialização em Gestão Local do Saneamento Público das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT – Taquara/RS. ana.oliveira@corsan.com.br.

² Professor Orientador das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT – Taquara/RS. jmw@faccat.br.

2 DESENVOLVIMENTO

Ainda credor do Iluminismo, Marx pensava que a razão como um instrumento de construção de uma sociedade econômica e socialmente mais justa. As revoluções industriais e tecnológicas ao longo da história, bem como as insurgências políticas tornaram a década de mil e setecentos um período único, insuflada em sua convicção em um progresso em direção à Humanidade. Sobre o desenvolvimento das sociedades e o imaginário humano ele diz:

Será a maneira de ver a natureza e as relações sociais que a imaginação grega inspira - e que constitui, por isso mesmo, o fundamento da mitologia grega - compatível com as máquinas automáticas de fiar, as ferrovias, as locomotivas e o telégrafo elétrico? Quem é Vulcano ao pé de Roberts & Cia., Júpiter em comparação com o pára-raios e Hermes em comparação com o Crédito Imobiliário? Toda a mitologia subjuga, governa as forças da natureza no domínio da imaginação e pela imaginação, dando-lhes forma: portanto, desaparece quando estas forças são dominadas realmente... A arte grega supõe a mitologia grega, isto é, a elaboração artística mas inconsciente da natureza e das próprias formas sociais pela imaginação popular. São esses os seus materiais... Jamais a mitologia egípcia teria podido proporcionar um terreno favorável à eclosão da arte grega. (MARX, 1983, p. 239-240).

A premissa da construção analítica de Marx sobre a sociedade é da existência de seres humanos que através da interação com a natureza e com outros indivíduos dão vazão à vida material. Ainda se tratando de desenvolvimento humano, em sua parceria com Engels, afirma:

Um primeiro pressuposto de toda existência humana e, portanto, de toda história (...) [é] que os homens devem estar em condições de poder viver a fim de "fazer a história". Mas, para viver, é necessário, antes de mais nada, beber, comer, ter um teto onde se abrigar, vestir-se etc. O primeiro fato histórico é, pois, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material; trata-se de um fato histórico; de uma condição fundamental de toda a história, que é necessário, tanto hoje como há milhares de anos, executar, dia a dia, hora a hora, a fim de manter os homens vivos. (MARX; ENGELS, 2002, p. 33).

Ainda:

É certo que também o animal produz. Constrói para si um ninho, casas, como as abelhas, os castores, as formigas etc. Mas produz unicamente o que necessita imediatamente para si ou sua prole (...) produz unicamente por força de uma necessidade física imediata, enquanto o homem produz inclusive livre da necessidade física e só produz realmente liberado dela; o animal produz somente a si mesmo, enquanto o homem reproduz a natureza inteira; o produto do animal pertence imediatamente a seu corpo físico, enquanto o homem enfrenta-se livremente com seu produto. O animal produz unicamente segundo a necessidade e a medida da espécie a que pertence, enquanto o homem sabe produzir segundo a medida de qualquer espécie e sabe sempre impor ao objeto a medida que lhe é inerente; por isso o homem cria também segundo as leis da beleza. (MARX, 1974, p. 112).

Portanto, entendendo o trabalho como uma produção e reprodução da vida, por assim dizer, aprofundarei a categoria “trabalho” daqui em diante para que se entenda pontos fulcrais tanto da teoria de Marx quanto do desenvolvimento e, por consequência a questão do desemprego atrelado ao modo de produção vigente.

Revisitando a história dos tempos recentes entenderemos que mudanças mais marcantes produzidas pelo neoliberalismo e o restabelecimento de um período de acumulação flexível acabaram por produzir efeitos no mundo do trabalho, assim como no desemprego e o condicionando à precarização do trabalho estruturalmente. Isso acaba por gerar uma deterioração em ascendência da relação entre a natureza e o homem, se configurando em um decadente caminhar por parte do detentor dos meios de produção (o capitalista). Suas intenções estão direcionadas à crescente valorização dos bens que detém e à produção de mercadorias. Com os esforços nesse sentido, o trabalhador acaba se configurando, também, como mercadoria. Vendendo a sua força de trabalho dessa forma, que será tratada aqui enquanto mercadoria mais precisamente, o trabalhador proletário não aproveitará nada. Marx chega a dizer que se expropria o trabalhador de seu próprio processo de trabalho. Isso aprimoraria suas aptidões e satisfaria suas necessidades. Também é negado ao trabalhador o acesso, a posse de utilidade do produto concluído.

À expropriação é dedicada uma análise mais cuidadosa, pois a partir desta pode-se compreender a finalidade do trabalho, qual a função deveria exercer e também a deturpação ocorrida no sistema capitalista. Por um viés marxista, é possível ponderar a influência negativa desse sistema,

principalmente no que diz respeito à alienação promovida na lógica baseada no capital.

Sob a lógica capitalista, a mercadoria corresponde à expressão fundamental de riqueza, isto é, ao produto e a força de trabalho. A mercadoria consiste em um objeto externo caracterizado essencialmente por satisfazer as necessidades humanas, sendo assim, detém um valor de uso, por ser útil e se realizar no consumo, e também um valor de troca, pois é possível haver uma equivalência e realizar intercâmbios entre as mercadorias, mediante uma quantificação dos valores, que variam de acordo com o trabalho gasto na produção, mas principalmente de acordo com o valor socialmente estipulado. No caso da realização do intercâmbio de mercadoria, o valor de uso acaba por se tornar indiferente, juntamente com o trabalho humano dedicado. Se já não existe a utilidade do trabalho, resta apenas o trabalho abstrato – a força de trabalho gasta na produção – como substância a ser analisada na relação de permuta. As relações de produção nesse mesmo sistema pressupõe a existência de um mercado, no qual a força de trabalho é mediada por um determinado valor entre o trabalhador livre e o capital. A força de trabalho é uma mercadoria que apresenta uma idiosincrasia: apenas ela produz mais riqueza do que seu próprio valor de troca. Veremos que,

a força de trabalho não foi sempre uma mercadoria, o trabalho não foi sempre trabalho assalariado, isto é, trabalho livre. O escravo não vendia sua força de trabalho ao escravista, do mesmo modo que o boi não vende seu trabalho ao lavrador. O escravo é vendido de uma vez para sempre, com sua força de trabalho, a seu amo. É uma mercadoria que pode passar das mãos de um dono às mãos de outro. Ele é uma mercadoria, mas sua força de trabalho não é uma mercadoria que lhe pertença. O servo da gleba só vende uma parte de sua força de trabalho. Não é ele que obtém um salário do proprietário do solo, pelo contrário, é o proprietário do solo que recebe dele um tributo. Mas o trabalhador livre se vende a si mesmo e, ademais, vende-se em partes. Leiloa 8, 10, 12, 15 horas de sua vida, dia após dia (...) ao proprietário de matérias-primas, instrumentos de trabalho e meios de vida, isto é, ao capitalista. (MARX, 2010, p. 75).

A força de trabalho determina-se pelo valor dos meios de subsistência necessários para produzir, desenvolver e manter a força de trabalho, em suma, a partir do que é necessário para o trabalhador produzir. O capital não é meramente um soma de meios de produção, esses, inclusive, foram

transformados em capital ao serem apropriados pela burguesia. O capital é uma relação social de produção, decorrente de um processo de expropriação e concentração de propriedades.

Ainda que o processo da venda da força de trabalho por um salário aparente ser uma troca equivalente, o valor que o trabalhador pode produzir durante o tempo estipulado pelo contratante é superior ao valor pelo qual o mesmo vende sua força e capacidade. Karl Marx diferencia o tempo de trabalho necessário, no qual o trabalhador gera o equivalente ao salário, do tempo de trabalho excedente, no qual o trabalhador cria valor apenas para o capitalista. Esse valor excedente é extraído pela burguesia e não remunerada ao trabalhador, possibilitando o acúmulo de capital. Marx emprega o termo mais-valia para se referir ao valor excedente, e pela mais-valia, pela razão entre o trabalho excedente e o trabalho necessário, se expressa a exploração da força do trabalho. O que faz com que o artífice não se dê conta de como se dá claramente todo o processo acima descrito é sua situação de alienação.

Seguindo a lógica proposta, o trabalho produzido torna-se “estranho” a quem o produziu e o lucro criado não o pertencerá, mas ao seu patrão (capitalista). O trabalhador acaba por existir com suas potencialidades (propriedades) única e exclusivamente a serviço do capital:

não é para ele mais do que um meio para poder existir. Ele trabalha para viver. O operário nem sequer considera o trabalho como parte de sua vida, para ele é, antes, um sacrifício de sua vida. É uma mercadoria por ele transferida a um terceiro. Por isso o produto de sua atividade não é tampouco o objetivo dessa atividade. O que o trabalhador produz para si mesmo não é a seda que tece, nem o ouro que extrai da mina, nem o palácio que constrói. O que produz para si mesmo é o salário, e a seda, o ouro e o palácio reduzem-se para ele a uma determinada quantidade de meios de vida, talvez a um casaco de algodão, umas moedas de cobre e um quarto num porão. E o trabalhador que tece, fia, perfura, torneia, cava, quebra pedras, carrega etc. durante doze horas por dia - são essas doze horas de tecer, fiar, torneiar, construir, cavar e quebrar pedras a manifestação de sua vida, de sua própria vida? Pelo contrário. Para ele a vida começa quando terminam essas atividades, à mesa de sua casa, no banco do bar, na cama. As doze horas de trabalho não têm para ele sentido algum enquanto tecelagem, fiação, perfuração etc., mas somente como meio para ganhar o dinheiro que lhe permite sentar-se à mesa, ao banco no bar e deitar-se na cama. Se o bicho-da-seda fiasse para ganhar seu sustento como lagarta, seria o autêntico trabalhador assalariado. (MARX, 2010, p. 75).

Em outras palavras, pode-se dizer também que o salário vai ter como função a conservação do trabalhador, assim como de qualquer artefato ou instrumento produtivo. Portanto, enquanto houver propriedade privada nos meios de produção, a necessidade do homem reduz-se a dinheiro, e novas necessidades que serão criadas terão como fim obrigá-lo a maiores dispêndios, inclusive, monetários.

Com a massa de objetos cresce, portanto, o reino dos seres alheios aos quais o homem está submetido, e cada novo produto é uma nova potência do recíproco engano e da recíproca exploração. O homem, enquanto homem, faz-se mais pobre, necessita mais do dinheiro para apoderar-se do ser inimigo [...]. (MARX, 1974, p.156).

Aqui se entende a função real da divisão social do trabalho; para que se distancie e caia em desgosto por sua atividade.

retiram ao trabalho do proletário todo o caráter substantivo e fazem com que perca todo atrativo para ele. O produtor converte-se num simples apêndice da máquina e só se exigem dele as operações mais simples, mais monótonas e de mais fácil aprendizagem. (MARX; ENGELS, 2012, p. 28).

É delineando as questões da relação do capital que perceberemos que o sistema age por vias materiais e ideológicas indistintamente. Notada é a complexidade do estudo de Marx, tanto que busca pela estrutura econômica, política, social, ideológica e, por consequência, pela relação das instâncias entre si; o sistema descrito pelo alemão é contraditório em si, mostrando-se através da história os resultados de cada embate e desencontro. E é nessa corrente teórica que se debruça quando se busca uma mais apurada compreensão sobre questões causais como as da miséria, da violência, da injustiça social e assim por diante.

O autor que trarei para o diálogo analítico neste trabalho será o geógrafo brasileiro Milton Santos, que em sua obra *Por Uma Outra Globalização* nos coloca frente a mais um aspecto da relação do capital, ou seja, entenderemos aqui a globalização como uma resultante da dinâmica entre as sociedades capitalistas no mundo.

Sobre a sociedade globalizada (e aqui a trataremos como uma sociedade incluída ao modo de produção capitalista), o geógrafo baiano retoma no livro acima citado questões da dominação ideológica que vimos antes:

Seus fundamentos são a informação e o seu império, que encontram alicerce na produção de imagens e do imaginário, e se põem ao serviço do império do dinheiro, fundado este na economização e na monetarização da vida social e da vida pessoal. (SANTOS, 2006, p.18).

A partir dessa concepção é que veremos como o professor Milton Santos examina, articula e teoriza a respeito dos conceitos de globalização. O geógrafo dirá que há de se admitir a existência de três mundos pelo menos: o mundo tal como nos fazem crer (a fábula), o mundo como ele é (a perversidade) e o mundo como ele pode ser (a outra globalização). Discorrerei a respeito de cada uma delas nas seções do texto que segue.

O mundo tal como nos fazem crer: a globalização como fábula, de Santos consiste na alimentação de algumas fantasias, em recursiva reprodução, que acabam se tornando uma base sólida em aparência para sua interpretação. “A máquina ideológica que sustenta as ações preponderantes da atualidade é feita de peças que se alimentam mutuamente e põem em movimento os elementos essenciais à continuidade do sistema.” Sustenta-se o mito da difusão instantânea como quem tem por função primeira instruir. Sustenta-se também com isso a ilusão de que se encurtam as distâncias; tempo e espaço contraídos: tudo ao alcance de todos.

Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado. (SANTOS, 2006, p.18).

No excerto anterior, o autor articula mais questões que já pusera Marx: é onde converge muito do que viemos tratando neste trabalho (problematizações acerca de super e infraestrutura do sistema capitalista).

O mundo como é: a globalização como perversidade. Santos descreve a globalização como uma fábrica de perversidades; o desemprego é crescente e

crônico (eis a intersecção que buscávamos e discorrerei a respeito em seções subsequentes), há o aumento da pobreza, salários mínimos tendendo a perder equivalência prática de valor, a fome generalizada nos cantos do mundo. A educação de qualidade vai se colocando cada vez mais perto da inacessibilidade e, cada vez mais, males espirituais e morais se espriam; os-egoísmos e a corrupção.

A perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas. Todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização. (SANTOS, 2006, p.19).

O mundo como pode ser: uma outra globalização. Assim como é sabido de Marx, é da característica de seu pensamento deixar o apontamento, prever direções de mudanças nas sociedades. Santos vai se valer desse mesmo artifício epistêmico, se me permito cunhar: propõe-se a trilhar direcionamentos para uma nova globalização.

O geógrafo diz que a materialidade de nosso tempo compreende em uma unicidade técnica, convergência dos momentos e conhecimento do planeta. Foi atrelando-se a esses elementos que emergiu o grande capital. Edifica-se, então, a face perversa da globalização, porém é possível que essas mesmas bases técnicas sirvam a objetivos que estejam em favor de outros fundamentos políticos e sociais.

Trata-se da existência de uma verdadeira sociodiversidade, historicamente muito mais significativa que a própria biodiversidade. Junte-se a esses fatos a emergência de uma cultura popular que se serve dos meios técnicos antes exclusivos da cultura de massas, permitindo-lhe exercer sobre esta última uma verdadeira revanche ou vingança. É sobre tais alicerces que se edifica o discurso da escassez, afinal descoberta pelas massas. A população aglomerada em poucos pontos da superfície da Terra constitui uma das bases de reconstrução e de sobrevivência das relações locais, abrindo a possibilidade de utilização, ao serviço dos homens, do sistema técnico atual. (SANTOS, 2006, p. 20).

Ainda, o autor acrescenta e conclui sua elucubração sobre a outra globalização, que é a que vem sendo tratada no trabalho desde então:

No plano teórico, o que verificamos é a possibilidade de produção de um novo discurso, de uma nova metanarrativa, um novo grande relato. Esse novo discurso ganha relevância pelo fato de que, pela primeira vez na história do homem, se pode constatar a existência de uma universalidade empírica. A universalidade deixa de ser apenas uma elaboração abstrata na mente dos filósofos para resultar da experiência ordinária de cada homem. De tal modo, em um mundo datado como o nosso, a explicação do acontecer pode ser feita a partir de categorias de uma história concreta. É isso, também, que permite conhecer as possibilidades existentes e escrever uma nova história. (SANTOS, 2006, p. 20).

Assim sendo, já se insere aqui a noção do “globalitarismo” (como chama o autor em outras ocasiões se referindo à globalização perversa), bem como a sua visão sobre a construção de uma realidade outra: mais justa e mais humana.

Para acrescentar mais recursos teóricos e dar mais profundidade à análise que aqui proponho, trago mais um pensador brasileiro ao nosso debate: o escritor e sociólogo José de Souza Martins, professor titular aposentado do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH – USP).

Martins aqui trabalhará a questão da exclusão social. Mais do que isso, trabalhará a inexistência de uma exclusão social de fato. Isso vai retomar a discussão sobre a dominação ideológica exercida pela classe dominante, como visto em Marx e com Milton Santos, confluindo em um estudo mais diverso sobre os temas propostos ao início. Este autor chamará de “consumo da imagem” das classes mais abastadas. Consumo este, que é praticado pelo marginalizado, o empobrecido.

Como já havia sido posto, o autor em questão é crítico ao termo “exclusão social” e já nos anuncia ao início de seu *Exclusão Social e a Nova Desigualdade* com sua ácida sutileza textual:

Como se os muitos aspectos problemáticos da realidade social estivessem à espera de quem os batizasse, lhes desse nome. E não estivessem à espera de quem lhes descobrisse os significados ocultos e ocultados, os mecanismos invisíveis da produção e reprodução da miséria, do sofrimento, das privações. (MARTINS, 2007, p. 10).

Percebe-se, então, a clareza no cruzamento (a confluência) dos discursos já propostos neste trabalho e a riqueza analítica das abordagens. Portanto, sigamos à concepção de exclusão social:

Por isso, rigorosamente falando, não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua esperança, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva. (MARTINS, 2007, p. 14).

Isso posto, Martins (2007) coloca o termo como um eufemismo que mascara processos sociais, políticos e econômicos que os puseram na condição de pobre. Ou seja, a exclusão enquanto conceito se sobrepõe a um movimento que ele descreve como o de empurrar as pessoas pobres, os incautos, os enfraquecidos para a margem, para “fora” de um dado status. Na verdade, o movimento que se difunde é o de empurrar para dentro. Ou seja, incluindo-os à condição de subordinação, subalterna. Reproduzindo mecanicamente o sistema econômico. Pessoas que já não se reivindicam ou protestam quando em confronto às privações, carências ou injustiças.

Ainda em retoma ao eufemismo do termo como esconderijo retórico praticado pelos grandes meios de difusão de informação teremos que “é preciso, pois, estar atento ao fato de que, mudando o nome de pobreza para exclusão, podemos estar escamoteando o fato de que a pobreza hoje, mais do que mudar de nome, mudou de forma, de âmbito e de consequências”. (MARTINS, 2007).

Ainda nessa obra, o autor coloca uma máxima de profundidade e peso, prenhe de significado, que diz: a nova desigualdade separa materialmente, mas unifica ideologicamente. Explano: a nova desigualdade faz com que o suposto excluído (o pobre) consuma a imagem da classe dominante, tendo anseios de ser que nem o rico, sonhando em mandar, comprando o similar, vendendo o que tem e o que lhe resta (a sua força de trabalho). José de Souza Martins pormenoriza:

Já as novas categorias sociais geradas pela exclusão degradam o ser humano, retiram-lhe o que é historicamente próprio – a preeminência da construção do gênero humano, do homem livre num reino de justiça e igualdade. Recobrem e anulam o potencial de transformação das classes sociais e, por isso, tendem para a direção contrária, para o conformismo, para o comportamento anticivilizado e reacionário da reoligarquização do poder, do renascimento dos privilégios de alguns como contrapartida da privação de muitos, da violência privada, da nova modalidade de clientelismo que é o clientelismo ideológico derivado da colonização do imaginário do homem comum, especialmente dos pobres, através do consumismo dirigido. (MARTINS, 2007, p. 18).

Faço aqui a direta referência ao conceito de alienação que minuciou-se com Karl Marx no início do trabalho. Martins desenvolve mais, ainda no âmbito do trato do capitalismo enquanto animalizante:

O capitalismo na verdade desenraiza e brutaliza a todos, exclui a todos. Na sociedade capitalista essa é uma regra estruturante: todos nós, em vários momentos de nossa vida, e de diferentes modos, dolorosos ou não, fomos desenraizados e excluídos. É próprio dessa lógica de exclusão e inclusão. A sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. (MARTINS, 2007, p. 22).

Ainda nessa obra, o sociólogo brasileiro envereda por outros caminhos que não os que se dedicam puramente ao estudo da questão do trabalho, da globalização e do desemprego, porém é uma leitura fundamental a quem se empenha a examinar questões pertinentes à sociologia brasileira. Não por acaso, o movimento que este trabalho está buscando fazer é de trazer ao Brasil algumas análises mais estruturais e não puramente economicista ou tão somente pelo viés culturalista.

Resgatemos agora a Lei Geral da Acumulação Capitalista em Marx, que não obteve sua conceituação neste artigo anteriormente para que pudéssemos dedicar a ela nossa atenção exclusivamente neste momento, ainda que seja de acessível compreensão o termo empregado, além da explanação já feita no artigo. Eis que, a proporcionalidade direta entre o empobrecimento do trabalhador e o acúmulo de riquezas do capitalista é dada. O economista alemão colocará que faz parte do capitalismo a existência desse tipo de discrepância, ou seja, é própria da ordem burguesa a carestia (escassez) de um dado recurso ainda que o mesmo esteja em profusão (abundância). Isso

resulta em um contingente em ascensão que não estará usufruindo do recurso (nesse caso, o emprego), porém aspira ao mesmo.

O desemprego para o sistema capitalista é apenas mais um componente dele pertinente, não um fenômeno isolado ou uma “falha” sistêmica. Assim sendo, nos encaminharemos à compreensão do que acarreta a atuação dessa Lei Geral.

Como é sabido, o lucro do capitalista advém do trabalho excedente, da extração da mais-valia, no entanto, ainda que a riqueza deste se origine da exploração da força de trabalho, é necessário acumular essas riquezas, para de fato efetivar o processo, e participar do mercado. A centralização do capital, isto é, ter os diversos capitais unidos sob a égide de um controle único, é essencial para a acumulação da riqueza. Baratear o preço do produto, possível graças ao trabalho excedente sem comprometer o lucro, é um meio de o capitalista tornar-se forte diante a concorrência e haver essa centralização, arruinando a concorrência e obtendo o monopólio. Diante disso, podemos facilmente compreender a importância em aperfeiçoar a produção, substituindo o trabalhador, mão de obra viva, pelo maquinário, para o acúmulo do capital. Esse processo de acumulação gera um conjunto de trabalhadores parcial ou temporariamente desempregados, que Marx chamará de “exército industrial de reserva”.

“Aumentar capital é, portanto, aumentar o proletariado” diz Marx em O Capital. A máxima só tomará sentido ao se entender capital como uma relação de exploração e proletariado como quem tem em oferta a mercadoria da força de trabalho. Investimentos direcionados ao trabalho-morto (meios de produção, tecnologia, maquinário etc.) foram, ao longo da história, entrando em crescente. Portanto, a classe trabalhadora cada vez mais vai se pauperizando, porém não com termos absolutos, mas associada a termos relativos. (MARX, 2001).

É da natureza da ordem burguesa o enriquecimento em meio ao empobrecimento, ou seja, a coexistência contraditória entre pauperização e opulência. Porém, é a da luta de classes que media e pressiona o desenvolvimento de tal relação, senão estaríamos nós condenados a admitir historicamente, sem chance de fuga da regra, a inércia e a completa submissão e subjugamento, e com isso a negação da possibilidade de

avanços. Em verdade, o exército industrial de reserva concebe que o capital tenha ao seu alcance material humano o bastante para a incorporação imediata na produção. Essa máxima leva-nos a concluir que a dada “superpopulação” relativa assuma uma condição mínima de desenvolvimento do capital.

Há de ser pontuado que a existência de um exército industrial de reserva, tão somente, irá alterar a dinâmica dos salários. Há o elemento “historicizante”, que é a pressão exercida pelas forças combatentes adicionadas a todo o contexto, diferenciando-se de uma teoria puramente analítica econômica.

Para seus efeitos, é de função do exército industrial de reserva também a falta de mobilização dos que já estão inseridos no mercado, sendo, a luta entre as classes que não atenda a reivindicações dos trabalhadores. Desta forma, visualiza-se outra função no exército industrial de reserva: causar nos que possuem emprego o constante medo e insegurança.

Hoje em dia, sabedores da progressiva agudização da precarização e do esvaziamento do parâmetro em assalariamento que se deu pós Segunda Guerra, esta é a condição entre as duas já citadas, que mais se eleva; havendo necessidade de se saber que incorpora àqueles que nunca tiveram a oportunidade de entrar no mercado formal e àqueles que nele entram estacionalmente.

Karl Marx designa à pauperização três tipos: aptos para o trabalho (contingente da superpopulação relativa) chegam à condição de indigência em tempos de crise; os órfãos, filhos dos já citados que tendem a ingressar no exército industrial de reserva; e os degredados – inaptos para o trabalho de toda ordem.

O empenho que se sucedeu de minha parte na produção deste artigo se propôs a evocar a atualidade e a validade do pensamento de Marx em seus estudos a respeito do sistema capitalista. Bem como explorar diversos aspectos do sistema capitalista. Aqui se passou por diversos autores, que ainda que possuam em sua gênese teórica um alinhamento a Karl Marx, acabaram por investigar questões da sociedade atual que nos são (enquanto seres críticos) pertinentes e que foram além dos escritos do filósofo; desde problematizações a respeito da questão do trabalho, até reflexos da

globalização enquanto plano de expansão do modo de produção e compreensão do processo de acúmulo do capital.

3 CONCLUSÃO

Conclui-se que a descrição proposta pelas teorias marxistas quanto à estrutura e funcionamento do sistema capitalista objetiva sempre na tentativa de maneiras diversas de mudança desse panorama, que muito embora figure desanimador, se coloca enquanto um otimismo revolucionário, que implica em questões atitudinais para reconstrução do modo de produzir a vida. Esse estudo serve para que se tome conhecimento das formas de dominação que o *status quo* quer que perdure e, assim, se coloca a produção acadêmica a serviço da resistência, contra um sistema econômico que animaliza e hostiliza seres pauperizados. Faz-nos necessário, também, compreender os reflexos do aumento do capital incidindo sobre a classe trabalhadora para que se entendam os mecanismos do sistema que, não só permite, mas como concebe a miséria humana.

Entendermos a Lei Geral da Acumulação Capitalista nos coloca no dever da difusão, análise e superação desta ordem social e econômica, assumindo pertinência em desmistificar visões de mundo que estejam relacionadas à meritocracia e opressões estruturais, que cada vez mais provam em suas crises que a escravidão negra não acabara, nem a servidão da mulher: instensificou-se e ampliou-se. Os avanços do capitalismo são os avanços da miséria humana.

REFERÊNCIAS

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 2007.

MARX, Karl. *Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro*. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2010.

_____. *O Capital*. 18. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 2. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1983.

_____. *Manuscritos: economía y filosofía*. Tradução de Francisco Rubio Llorente. Madrid: Alianza Editorial, 1974.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *Manifesto do Partido Comunista*. Tradução Antônio Carlos Braga. São Paulo: Lafonte, 2012.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2006.